

## “ESTAMOS POSTERGANDO AS MEDIDAS DE IMPACTO DEFINITIVO NO COMBATE AO *Aedes aegypti* HÁ TRÊS DÉCADAS”

Entrevista com João Gabbardo dos Reis

POR BRUNO C. DIAS

Quando a Nota Técnica Intergrupos temáticos da Abrasco intitulada ‘Microcefalia e doenças vetoriais relacionadas ao *Aedes aegypti*: os perigos das abordagens com larvicidas e nebulizações químicas – fumacê’ foi publicada no Portal Abrasco em 02 de fevereiro, foi jogada luz sobre a relação entre agentes químicos e seus efeitos na formação de fetos, já registrada cientificamente por diversos estudos. No entanto, foi a decisão de João Gabbardo dos Reis, médico sanitário e secretário de saúde do Estado do Rio Grande do Sul (SES/RS) em suspender o uso do larvicida Pyriproxyfen no estado, anunciada em 13 de fevereiro, que deu grande visibilidade à nota e ao polêmico tema. Afinal, é válido o uso de larvicidas e produtos químicos que podem causar intoxicação no combate ao mosquito *Aedes aegypti*? Para o secretário, recentemente eleito presidente do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (CONASS), é evidente que nenhuma pessoa escolheria consumir água com agentes químicos, e que cabe aos estados e municípios a escolha sobre as formas de controle vetorial, desde que em acordo com os protocolos do Ministério.

“Estamos postergando as medidas de impacto definitivo no combate ao *Aedes aegypti* há três décadas. Precisamos enfrentar a questão do saneamento básico, a disponibilidade de água potável a toda população e o cuidado com os resíduos sólidos”

No entanto, aponta que o combate à tríplice epidemia deve passar diretamente por ações de longo prazo.

“Estamos postergando as medidas de impacto definitivo no combate ao *Aedes aegypti* há três décadas. Precisamos enfrentar a questão do saneamento básico, a disponibilidade de água potável a toda população e o cuidado com os resíduos sólidos”, explicou Gabbardo dos Reis em entrevista exclusiva. Leia na íntegra:

**Ensaio & Diálogos em SC: Passada a polêmica inicial da decisão da SES/RS sobre a suspensão do Pyriproxyfen, como o senhor qualifica a manutenção da suspensão deste larvicida no estado do Rio Grande do Sul? Algum outro larvicida ou produto químico sendo utilizado, mesmo que de origem biológica?**

**João Gabbardo dos Reis:** A decisão de que o larvicida não seja utilizado em água para consumo no Rio Grande deve-se ao panorama que temos no Estado. Mais de 90% das casas têm acesso à rede de distribuição de água, onde o tratamento com cloro já impede a proliferação de larvas de mosquito. As áreas que precisam armazenar água de outras fontes estão em sua maioria no Interior, onde não há água encanada. Nesses locais, não reconhecemos a necessidade de utilizá-lo, porque acreditamos que o controle mecânico de infestação de larvas é mais eficaz do qualquer uso de fórmula química, seja o Pyriproxyfen ou outra. Nesses casos, o cuidado de deixar os reservatórios protegidos, seja com tampa ou tela, já é suficiente.

Salientamos que a restrição ao larvicida é exclusiva para água de consumo humano. O uso segue liberado para as demais indicações

de locais com água parada e que não podem ser eliminadas, como em chafarizes, potes e vasos de cemitérios e em reservatórios de reaproveitamento de água da chuva. A medida é totalmente preventiva, para que tenhamos uma segurança no caso de ter alguma relação com casos de alteração no sistema neurológico. Não há nenhuma evidência científica demonstrando a causa e consequência disso, mas se temos a alternativa de não usar o larvicida, por precaução, não vamos utilizar no Rio Grande do Sul.

**Ensaio & Diálogos em SC: Pesquisadores, médicos e parte da sociedade em geral acredita que, para o enfrentamento ao *Aedes aegypti*, todos os instrumentos são válidos, incluindo larvicidas químicos. Como avalia e dialoga com esse posicionamento?**

**João Gabbardo dos Reis:** O combate ao *Aedes* deve contar com todas as ferramentas disponíveis. E os larvicidas são parte desse programa. Contudo, no Rio Grande do Sul, esses químicos já eram pouco utilizados em água para consumo, visto que a larga maioria das residências possui água encanada. Nesses locais, temos a convicção que a correta utilização desses reservatórios, ficando fechados, já garante uma proteção suficiente. Isso representa uma das nossas políticas de enfrentamento no estado, que dá prioridade à prevenção através da eliminação de possíveis criadores do mosquito. Nas outras situações, seguimos os outros protocolos do Ministério da Saúde quanto ao uso desses produtos. Gostaria de saber destas pessoas o que responderiam se lhe fossem oferecidos dois copos d'água: um com larvicida e outro sem larvicida. Óbvio que todos gostariam de receber água sem larvas nem larvicida.

**Ensaio & Diálogos em SC: O estado do Rio Grande do Sul é um dos "celeiros" do Brasil, dada à importância das atividades agrícolas nessas terras. Infelizmente, é sabido do alto consumo de agrotóxicos no campo brasileiro, em todos os estados. No aspecto da saúde, como a SES/RS discute a questão do uso dos agrotóxicos e outros químicos**



**tanto no trabalho do produtor rural quanto na mesa dos consumidores?**

**João Gabbardo dos Reis:** O Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo e o Rio Grande do Sul é o quarto estado com maior volume de vendas de agrotóxicos, alcançando 50 mil toneladas por ano. A exposição dos trabalhadores rurais a esses químicos representa um problema de saúde pública. Além disso, há o risco do consumo de alimentos e água com resíduos contaminados por esses produtos. Por isso, nosso Centro Estadual de Vigilância em Saúde mantém programas permanentes de monitoramento da água, do solo e dos alimentos. Esses instrumentos nos disponibilizam meios para identificar situações que irão necessitar de alguma ação de intervenção.

**Ensaio & Diálogos em SC: Além de chefiar a SES/RS, o senhor preside o Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (CONASS). A realidade brasileira é muito diferente nas 27 UFs. Como está sendo feito o debate sobre as formas alternativas de combate ao *Aedes aegypti* com os demais secretários?**

**João Gabbardo dos Reis:** Este tema tem sido discutido amplamente no CONASS. Recentemente convidamos pesquisadores renomados que defendem o uso da proteção química. Em nossa última assembleia, con-



Agência Brasil

Na abertura do Dia D de Combate ao Mosquito, em 13 de fevereiro, o secretário estadual da Saúde João Gabbardo dos Reis suspendeu o uso do larvicida diretamente nos reservatórios

vidamos pesquisadores que são contrários e os que defendem medidas de médio e longo prazo. Apresentamos aos secretários experiência exitosa de município que conseguiu em dez anos sair de uma situação dramática de infestação e altas taxas de dengue para uma realidade totalmente controlada, sem a presença do vetor, sem dengue, sem usar larvicidas, nem inseticidas, usando apenas práticas sustentáveis, naturais e de baixo custo.

**Ensaio & Diálogos em SC: Quais são as ações que ainda precisam ser tomadas para melhorar, ampliar e potencializar o combate ao *Aedes aegypti* no enfrentamento da trílice epidemia? E, em particular, na epidemia das crianças com microcefalia?**

**João Gabbardo dos Reis:** Temos que trabalhar cada vez mais a conscientização por parte das pessoas. São dentro dos pátios, e até dentro das residências, que encontramos cerca de 80% dos focos do mosquito. Por isso, por mais que o poder público desempenhe suas atribuições, essas medidas seriam de pouco impacto sem a compreensão e parceria da sociedade, que precisa entender que também tem seu papel nesse enfrentamento.

Estas ações são as medidas de curto prazo, imediatas. Estamos postergando as medidas de impacto definitivo no combate ao *Aedes aegypti* há três décadas. Precisamos enfrentar a questão do saneamento básico, a disponibilidade de água potável a toda população e o cuidado com os resíduos sólidos.

“Gostaria de saber destas pessoas o que responderiam se lhe fossem oferecidos dois copos d’água: um com larvicida e outro sem larvicida. Óbvio que todos gostariam de receber água sem larvas nem larvicida”